

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: disputas conceituais e políticas educacionais no Brasil¹

MULTIPLE DISABILITIES: conceptual disputes and educational policies in Brazil

DISCAPACIDADES MÚLTIPLES: conflictos conceptuales y políticas educativas en Brasil

Maíra Gomes de Souza da Rocha

Professora Mestra da rede municipal de educação de Duque de Caxias e Nova Iguaçu.
mairagsrocha@gmail.com

Márcia Denise Pletsch

Professora Doutora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
marcia_pletsch@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo discute as abordagens conceituais sobre a deficiência múltipla e expõe as características e especificidades apresentadas no desenvolvimento individual e social de sujeitos que tenham esta deficiência. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, salienta-se, entre outros aspectos, a multiplicidade de fatores que podem contribuir para a ocorrência da deficiência múltipla, bem como a diversidade de condições que pode apresentar. Evidenciou-se a falta de consenso entre os teóricos da área educacional sobre o conceito adequado a ser empregado para descrever a deficiência múltipla e suas características. Igualmente, o estudo mostrou a escassez de pesquisas empíricas na literatura nacional e internacional sobre os processos de ensino e aprendizagem desses sujeitos. Por fim, ilustra a invisibilidade e a falta de propostas pedagógicas nas políticas públicas em educação no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência múltipla. Políticas educacionais. Educação Especial.

ABSTRACT: The article discusses the conceptual approaches to multiple disabilities and exposes the features and specificities presented in individual and social development of individuals who have this deficiency. Based on literature and documents researches, it was found, among other aspects, the multiplicity of factors that may contribute to the occurrence of multiple disabilities, as well as the diversity of conditions that may present. The search result revealed a lack of consensus among educational theorists about the concept used to describe multiple disabilities and their characteristics. Also, the study showed the lack of empirical research on national and international literature about the processes of teaching and learning of these individuals. Finally, illustrates the invisibility and lack of pedagogical proposals in public policy in education in Brazil.

KEYWORDS: Multiple disabilities. Educational policies. Special Education.

RESUMEN: El artículo analiza los enfoques conceptuales de la discapacidad múltiple y expone las características y especificidades que se presentan en el desarrollo individual y social de las personas que tienen esta deficiencia. Basado en la investigación bibliográfica y documental, sobresale, entre otras cosas, la multiplicidad de factores que pueden contribuir a la aparición de discapacidades múltiples, así como la variedad de condiciones que pueden presentar. Revelada la falta de consenso entre los teóricos de la área educativa a respecto del concepto adecuado para ser utilizado para describir múltiples discapacidades y sus características. Además, el estudio mostró que la falta de investigación empírica en la literatura nacional e internacional sobre los procesos de enseñanza y aprendizaje de estas asignaturas. Por último, ilustra la invisibilidad y la falta de propuestas pedagógicas sobre las políticas públicas en educación en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Discapacidades múltiples. Políticas educativas. Educación Especial.

¹ Este artigo integra pesquisas desenvolvidas no âmbito de dois programas financiados pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a saber: a) "Apoio à Melhoria do Ensino em Escolas da Rede Pública Sediadas no Estado do Rio de Janeiro"; b) Programa Jovem Cientista do Nosso Estado. Igualmente integra as ações desenvolvidas pelo Observatório da Educação da CAPES.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (1996), 1% da população mundial tem deficiência múltipla². Tal dado evidencia a baixa incidência de pessoas que apresentam deficiência múltipla se comparada às outras formas de deficiência. Infelizmente, não encontramos dados atuais sobre o quantitativo de alunos com essa deficiência no Brasil. De acordo com os dados mais recentes foram matriculados 621.086 alunos considerados público-alvo da Educação Especial, sendo 179.235 matriculados em escolas ou classes especiais e 441.851 em classes comuns (BRASIL, 2012).

Partindo dessa realidade o presente artigo discute as diferentes abordagens conceituais empregadas na atualidade para designar a deficiência múltipla, bem como expõe características e especificidades apresentadas no desenvolvimento individual e social desses sujeitos. Metodologicamente empregamos a pesquisa bibliográfica e documental segundo indicações de Esteban (2010). Para tal, realizamos um diálogo entre a literatura especializada e os documentos federais que discorrem sobre a múltipla deficiência e a atual política da Educação Especial. Em outros termos, nosso objetivo é contribuir com as discussões e a produção do conhecimento sobre a escolarização de pessoas com deficiência múltipla, especialmente pela escassez de pesquisas referentes ao processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos.

Conforme nosso levantamento, a escolarização de alunos com deficiência múltipla é recente em nosso país. Tal fator, provavelmente, está vinculado à tardia institucionalização da Educação Especial ocorrida durante a ditadura militar, no início dos anos de 1970. Por isso, é consenso entre os teóricos da área que a educação desses sujeitos ainda apresenta lacunas, assim como, ainda, são poucos os estudos que se dediquem à análise e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem dessas pessoas. Em grande medida, as crianças com múltiplas deficiências, historicamente, foram - e continuam sendo - educadas separadamente, em escolas especiais públicas ou filantrópicas privadas. Todavia, a maioria até os anos noventa ficava sem qualquer acesso aos sistemas educacionais (PLETSCH, 2015).

A omissão do Estado brasileiro em garantir os direitos educacionais e sociais para estas pessoas também ocorreu com outras categorias de deficiências. Kassar (2013) chega a afirmar que os serviços especializados oferecidos em instituições filantrópicas privadas foram criados por familiares de pessoas com deficiência, para ocupar o espaço vazio deixado pelo poder público. Neste contexto, uma das primeiras instituições criadas para o atendimento de pessoas com múltiplas deficiências ocorreu somente no ano de 1983. Silva (2009, p. 28, grifo nosso) reforça nossas considerações ao discorrer sobre a criação da Fundação de Atendimento de Deficiência Múltipla (FADEM)³: “A FADEM surgiu a partir da organização de um grupo de famílias para suprir a carência do município, que não oferecia, em um único lugar, a diversidade de atendimentos que uma criança com deficiência múltipla necessitava.”

De acordo com Silva (2009), a FADEM foi fundada pela fisioterapeuta Bárbara Fischinger que defendia a escolarização de crianças e adolescentes com múltiplas deficiências. Ações como esta colaboraram para o desenvolvimento do atendimento às pessoas com essa deficiência. Todavia, eram iniciativas isoladas e grande parcela dessa população, como já afirmamos anteriormente, não recebia qualquer atendimento, pois não havia uma política pública educacional dirigida para esses sujeitos.

² Cormedi (2013) traz dados mais específicos para os casos de deficiência múltipla com a incidência de deficiência visual, apontando o registro de maior ocorrência em países em desenvolvimento.

Segundo Carvalho (2000) somente em 1980 o Ministério da Educação inseriu a deficiência múltipla em documentos técnicos, apontando possibilidades de captação de recursos para o atendimento de pessoas portadoras de deficiências múltiplas, assim como ocorria para as demais categorias de necessidades especiais. No entanto, este mesmo tratamento previsto nos documentos, acabava por não se concretizar de fato. Vejamos:

A questão principal não era tanto de incentivo ou de políticas educacionais, mas de credibilidade. Achava-se que essas pessoas não tinham acesso ao saber, em face de suas múltiplas e severas limitações. Além da atenção médica, prevalecia a convicção de que estavam aquém dos objetivos educacionais. (CARVALHO, 2000, p. 33).

Essa realidade vem mudando desde os anos noventa com os avanços legais na garantia dos direitos sociais e educacionais das pessoas que integram o público alvo da Educação Especial no Brasil, a saber: pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008) —, sobretudo com o advento da consigna educação inclusiva cunhada durante a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994a), a qual, juntamente com outras diretrizes de organismos internacionais, vem sendo usada para orientar os governos na implementação de políticas educacionais para essa parcela da população.

Vale esclarecer ao leitor que não objetivamos nesse artigo analisar as dimensões políticas e filosóficas que envolvem a implementação dessa proposta educacional, uma vez que já existem inúmeros estudos discorrendo sobre tais questões Braun (2012), Garcia (2013), Kassar (2013), Pletsch (2014), entre outros. Todavia, é importante dizer que entendemos a inclusão como uma proposta na qual não basta apenas oferecer acesso ao aluno com deficiência e outras condições atípicas na escola, mas é preciso garantir-lhe o direito de participar das atividades educacionais e, conseqüentemente, se desenvolver a partir de propostas de ensino e aprendizagem que levem em consideração as suas especificidades.

Igualmente é importante sinalizar ao leitor que mudanças e investimentos mais significativos vêm ocorrendo desde 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). O referido documento diz que a inclusão deve se dar em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, assim como discorre sobre o suporte educacional especializado. Este último deve acontecer prioritariamente em salas de recursos multifuncionais por meio das propostas do atendimento educacional especializado (AEE), como complemento e suplemento ao ensino comum e não como espaços substitutivos de escolarização, conforme ocorria/ocorre historicamente em escolas especiais e nas classes especiais (BRASIL, 2008, 2009). Vale lembrar que, conforme mencionado anteriormente, o público alvo da Educação Especial nesses documentos é caracterizado como aquelas pessoas que apresentam deficiência intelectual/mental ou sensorial, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Isto é, a deficiência múltipla não é mencionada diretamente. Sobre esta questão, Araóz (2010, p. 15, grifo nosso) chama nossa atenção, exemplificando:

Na nova Política [refere-se à Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva] foram mencionadas as dificuldades motoras, intelectuais, auditivas, visuais, altas habilidades e distúrbios globais do desenvolvimento envolvendo autismo e distúrbios de comportamento. **As dificuldades múltiplas não foram mencionadas.** Pode ser entendido que entrariam na categoria de Dificuldades Globais do Desenvolvimento porque muitas ve-

³ Sobre a criação da FADEM sugerimos também a leitura de Heinz e Peruzzolo (2009).

zes as Deficiências Múltiplas se apresentam com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, dificuldades sensoriais de visão e audição e distúrbios de comportamento. **O fato de crianças e adolescentes com deficiência múltipla não serem contempladas diretamente, dificulta a tomada de consciência sobre o assunto já que representam realidades complexas que necessitam de compreensão explícita de suas características para que possam ser oferecidos os apoios necessários.**

De igual modo, ainda são escassos os estudos acadêmicos voltados especificamente para este público (ARAÓZ, 2010; CARVALHO, 2000; PIRES; BLANCO; OLIVEIRA, 2009; PLETSCHE, 2015; ROCHA, 2014; SILVEIRA; NEVES, 2006). Somando-se a estas questões, temos também as dificuldades relacionadas à efetiva escolarização de pessoas que apresentam deficiência múltipla. Silveira e Neves (2006) apontam que apesar de já haver concordância a respeito dos benefícios que as interações sociais podem trazer para estes sujeitos em contextos inclusivos, ainda há dúvidas quanto as reais possibilidades dessa inserção nas classes comuns do ensino regular. Talvez esta situação se deva a falta de condições necessárias das escolas públicas para que haja a efetiva inclusão de pessoas que apresentem comprometimentos severos. Diferentes pesquisadores vêm alertando sobre as precárias condições em que esses alunos têm sido inseridos nas escolas comuns sem efetivamente terem atendidos as suas especificidades (PLETSCH, 2015; RIBEIRO, 2006; ROCHA, 2014).

Neste sentido, este artigo pretende contribuir com os debates contemporâneos sobre a múltipla deficiência e trazer reflexões sobre as possibilidades e desafios ainda enfrentados no campo científico e político em relação à escolarização dessa população. Igualmente, pretende contribuir com o debate sobre algumas das especificidades desses sujeitos, os quais, segundo nossa concepção, integram o público para quem são dirigidas as políticas de inclusão escolar. Para tal, organizamos o texto em três eixos, a saber:

- a) conceitos sobre deficiência múltipla: consensos possíveis;
- b) fatores e causas da deficiência múltipla;
- c) especificidades apresentadas por pessoas com deficiências múltiplas e sua escolarização.

2 | CONCEITOS SOBRE DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: consensos possíveis

A necessidade de entendimento e a busca por uma definição para melhor compreensão do que seja a deficiência múltipla se confronta com a complexidade que a própria nomenclatura representa a escassez de estudos na área, pois: “a deficiência múltipla é um termo muito controverso e aparentemente pouco discutido no cenário nacional e internacional.” (TEIXEIRA; NAGLIATE, 2009, p. 13).

Dugnani e Bravo (2009, p.25), ao realizarem um levantamento bibliográfico no Brasil, verificaram que as pessoas com deficiência múltipla não têm sido alvo das preocupações da comunidade científica. Em suas palavras:

Neste cenário escasso de produção e conhecimento, surge a necessidade de mudanças e transformações que possam conduzir para o aprimoramento de profissionais em busca do desenvolvimento educacional do deficiente múltiplo. Evidencia-se desta maneira, a carência de estudos envolvendo a “deficiência múltipla” bem como a necessidade de realização de novos estudos enfatizando principalmente a área educacional.

A falta de pesquisas científicas nesta área, não é uma especificidade do Brasil. Machado, Oliveira e Bello (2009) realizaram uma pesquisa em bases de dados americanas e os resultados mostraram um número ínfimo de estudos publicados, principalmente quando relacionados à educação dos sujeitos alvo desse artigo. Esta situação também se repete na Europa. Em 2009,

Teixeira, Nagliate e Reis publicaram resultados de levantamentos bibliográficos a respeito do tema deficiência múltipla em periódicos europeus de Educação e Psicologia. Foram identificados artigos sobre o uso de tecnologias para a melhoria da comunicação; a importância de se tratar o tema no âmbito político; estratégias de alfabetização e práticas educacionais, dentre outras questões. Ainda assim, a pesquisa apontou a necessidade da ampliação dos estudos e publicações também na realidade europeia. Sobre tal questão, o que se nota é que apesar da escassez de estudos – ou até mesmo por conta desta escassez – há inúmeras interpretações sobre o que seja deficiência múltipla. Tal aspecto pode ser identificado na literatura internacional, pois além de haver diversas definições sobre a deficiência múltipla, também constatamos que não há consenso entre os estudiosos em determinar as características desta deficiência (TEIXEIRA; NAGLIATE, 2009). Segundo nosso levantamento realizado nos bancos de dados da Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe (Redalib) e na Biblioteca Eletrônica Científica online (SciELO), ainda hoje, essas informações são pertinentes. Vale mencionar, para ilustrar, que no conjunto das revistas científicas brasileiras disponíveis no SciELO, incluindo a Revista Brasileira de Educação Especial, apenas identificamos um artigo que trata sobre o tema da deficiência múltipla.

Quanto ao não consenso entre os pesquisadores em relação à conceituação de deficiência múltipla, verificamos que alguns a consideram como uma deficiência inicial que foi geradora de outras⁴. Outros a entendem como a associação entre duas ou mais deficiências, sem necessariamente uma ter sido causa do desenvolvimento da outra. De acordo com esta última forma de entendimento, Carvalho (2000, p. 47) compreende que deficiência múltipla é uma:

[...] expressão adotada para designar pessoas que têm mais de uma deficiência. É uma condição heterogênea que identifica diferentes grupos de pessoas, revelando associações diversas de deficiência que afetam, mais ou menos intensamente, o funcionamento individual e o relacionamento social.

Tal definição está em consonância como o que há disposto em diferentes documentos federais, como a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994b)⁵ e o documento Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial – área de Deficiência Múltipla (BRASIL, 1995). De acordo com estes dois documentos, a deficiência múltipla é uma: “associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditivo/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa” (BRASIL, 1995, p.17). Estas duas definições mostram que a deficiência múltipla pode implicar extensa possibilidade de associação de deficiências, variando conforme o número, a natureza, o grau e a abrangência das deficiências em questão; conseqüentemente, variam os efeitos dos comprometimentos na vida cotidiana das pessoas que a apresentam.

Em 2004, a deficiência múltipla também foi caracterizada pelo Ministério da Educação no documento “Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem – deficiência múltipla” (BRASIL, 2004) como sendo a associação de duas ou mais deficiências podendo ser estas de ordem física, mental, sensorial, comportamental e /ou emocional. No ano de 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentou um conceito para deficiência múltipla, seguindo na mesma direção.

Em nível internacional, podemos citar o conceito apresentado pelo National Information Center

⁴ Também presente em documentos oficiais, esta concepção sugere a ocorrência de apenas uma deficiência, cuja gravidade acarreta conseqüências em outras áreas (BRASIL, 2000).

for Children and Youth with Disabilities (2007), que define deficiência múltipla como sendo a condição em que pessoas apresentam deficiência intelectual profunda e que frequentemente apresentam dificuldades adicionais nos movimentos, perdas sensoriais e problemas de comportamento. Neste caso, podemos perceber uma concepção que define deficiência múltipla, partindo especificamente da deficiência intelectual.

Já, mais próximo com as posições adotadas pelos documentos oficiais brasileiros, temos o conceito do Individuals with Disabilities Education Act (IDEA), órgão americano que define a deficiência múltipla como sendo deficiências concomitantes ou simultâneas, apontando a associação entre deficiências intelectuais, sensoriais ou físicas. Este órgão não considera a surdocegueira⁶ como deficiência múltipla, colocando-a como outra modalidade de deficiência, uma vez que se trata de um caso estritamente sensorial (TEIXEIRA; NAGLIATE, 2009). Esta consideração sobre a surdocegueira também é adotada oficialmente em nosso país. Ainda em termos internacionais, cabe mencionar que em Portugal, a definição adotada pelo Ministério da Educação daquele país é proveniente do conceito apresentado por Nunes (2001, p. 15):

São pessoas com acentuadas limitações no funcionamento cognitivo, associada às limitações em outros domínios, nomeadamente no domínio motor e ou sensorial (visão ou audição), as quais põem em risco o acesso ao desenvolvimento e à aprendizagem e a leva a requerer apoio permanente.

Como podemos depreender, a definição portuguesa concebe a deficiência múltipla partindo da deficiência cognitiva; podendo estar associada a outras formas de deficiência, sensoriais ou físicas. Ou seja, esta concepção, assim como da definição da National Information Center for Children and Youth with Disabilities (2007) defende que a deficiência múltipla ocorre somente quando há a deficiência intelectual.

⁵ Substituída em 2008 pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que, conforme já mencionado, não explicita a deficiência múltipla.

⁶ Surdocegueira é uma deficiência que apresenta perda auditiva e visual concomitantemente em diferentes graus, levando a pessoa com surdocegueira a desenvolver várias formas de comunicação para entender e interagir com as pessoas e o meio ambiente, de forma a ter acesso às informações, vida social com qualidade, orientação, mobilidade, educação e trabalho (GRUPO BRASIL, 2003).

Voltando ao cenário nacional, vale mencionar o documento “Educação Infantil - saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem - deficiência múltipla” (BRASIL, 2006, p. 11), que define essa deficiência “para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social.” No mesmo texto, há uma consideração que nos chama atenção para a complexidade da questão, alertando-nos sobre o que verdadeiramente caracteriza um determinado caso de deficiência múltipla:

[...] não é o somatório dessas alterações que caracteriza a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas. (BRASIL, 2006, p. 11).

Neste sentido, a atenção às especificidades e às necessidades de cada pessoa é fundamental, não podendo se restringir apenas aos laudos médicos. Mensurar o desenvolvimento contando apenas com as características que costumam se apresentar na ocorrência de determinadas deficiências não é o suficiente para o efetivo conhecimento do sujeito e, conseqüentemente, das suas

necessidades. O mesmo pode-se considerar com relação às potencialidades que podem apresentar, pois o desempenho e as competências dessas crianças são heterogêneos e variáveis (BRASIL, 2006; ROCHA, 2014).

Além das características apresentadas de acordo com as deficiências que o sujeito pode ter associadas, o grau de comprometimento também depende de aspectos influenciados pelo ambiente, bem como pelas oportunidades, estímulos, relações vivenciadas por ele, dentre tantos outros aspectos. A este respeito Silva (2011, p. 2) descreve que:

[...] a atitude de aceitação por parte da família; a intervenção adequada para atuar nas causas e nos efeitos das deficiências; a oportunidade de participação e integração da pessoa ao ambiente físico e social; o apoio adequado, com a duração necessária, para melhorar o funcionamento da pessoa no ambiente; o incentivo à autonomia e à criatividade; as atitudes favoráveis à formação do autoconceito e da autoimagem positivos.

Ao exemplificar ações, considerando a importância delas para o desenvolvimento das pessoas que apresentam deficiência múltipla, a autora explicita que as possibilidades não ficam engessadas às deficiências apresentadas. Com relação à questão biológica, as experiências vivenciadas podem ter grande influência. Por isso, a ação educacional é imprescindível:

Dentre todos os aspectos considerados, entende-se que a educação exerce um papel relevante. Intervenções apropriadas e iniciadas o mais cedo possível, resultam em melhores condições desenvolvimento, de aprendizagem e de integração familiar e comunitária. (SILVA, 2011, p. 3).

Sobre esta questão Machado, Oliveira e Bello (2009, p. 27-28) postulam que:

A criança com deficiência múltipla necessita de atenção especial em todas as esferas do seu desenvolvimento, sendo elas: motora, sensorial, intelectual, educacional e social. Tanto intervenções mais pontuais quanto o estabelecimento de estratégias para o seu desenvolvimento global, devem ser testadas e, seus resultados, compartilhados no meio científico, para que um número cada vez maior destas crianças, seus cuidadores e educadores, sejam beneficiados pelas pesquisas e relatos de experiências bem sucedidas.

A respeito das peculiaridades nos processos de aprendizagem de alunos com deficiências múltiplas Cormedi (2009, p. 251) aponta a necessidade de se considerar o impacto das limitações cognitivas, motoras, sensoriais e também de comunicação. Vejamos em suas palavras:

[o sujeito com múltipla deficiência] têm dificuldades em generalizar conceitos e transferir aprendizagens devido à combinação das limitações sensoriais e motoras. Por isso, a educação, habilitação e reabilitação dessas crianças acontecem sob uma perspectiva holística e interativa, onde se consideram os ambientes e contextos de aprendizagem; os interesses e preferências do aluno; as expectativas da família; a avaliação sensorial e de comunicação receptiva e expressiva.

Mediante tais questões, faz-se necessário ter clareza de que as pessoas com deficiência múltipla apresentam necessidades que não podem ser ignoradas, uma vez que se tenha a real intenção de oportunizar o seu desenvolvimento. Os documentos oficiais reconhecem tal aspecto ao sinalizarem que:

Os alunos com deficiência múltipla podem apresentar alterações significativas no processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social. Possuem variadas potenciali-

dades, possibilidades funcionais e necessidades concretas que necessitam ser compreendidas e consideradas. Apresentam, algumas vezes, interesses inusitados, diferentes níveis de motivação, formas incomuns de agir, comunicar e expressar suas necessidades, desejos e sentimentos. (BRASIL, 2006, p. 13).

Tomando como base o exposto entendemos ser oportuno destacar as condições que podem ser apresentadas pelas pessoas com deficiência múltipla, assim como as possíveis associações de deficiências.

3 | A CONSTITUIÇÃO DA AUTONOMIA NA PESQUISA PELOS ESTUDANTES DE MESTRADO E DOUTORADO

Conhecer alguns fatores etiológicos⁷ da deficiência múltipla é importante para ampliar as reflexões no campo educacional e até mesmo em outras áreas do conhecimento como é o caso da saúde pública. Segundo Silva (2011), uma pessoa que apresente este tipo de deficiência, pode ter adquirido o quadro por conta de fatores desencadeados desde antes do seu nascimento, passando por situações ocorridas durante o parto ou até mesmo por eventos ocorridos posteriormente. O apontamento da autora explicita que a deficiência múltipla também pode decorrer de acidentes ou doenças. Isto é, esta deficiência não ocorre somente em razão de condições relacionadas à gestação e ao momento do nascimento.

De acordo com informações explicitadas no documento redigido por Carvalho (2000), assim como na pesquisa realizada por Araújo (2011), apresentaremos nos próximos parágrafos, maior detalhamento das etiologias apontadas por Silva (2011), relacionando-as às condições em que podem ocorrer.

A respeito destas alterações os casos de deficiência múltipla se enquadram dentro dos fatores pré-natais. Neste caso, pesquisadores (KIRK; GALLAGHER, 1987) apontam erros congênitos do metabolismo como um dos possíveis eventos que levam a danos no desenvolvimento fetal, resultando em deficiências graves e em outros tipos de complicações. O uso de medicamentos pela mãe, durante a gestação, também pode ser desencadeador destes tipos de quadros, prejudicando no desenvolvimento normal do embrião. Outros autores também citam esta questão, apontando inclusive, exemplos de substâncias que podem acarretar consequências (AMARAL, 2002; ARAÓZ; COSTA, 2008; JESUS, 1998; MAIA, 2004). Dentre estas substâncias destacamos a talidomida que geralmente é utilizada como sedativo e já é expressamente contra indicada para o uso de gestantes em razão dos efeitos que tal substância pode provocar no feto.

Com relação ao parto, as complicações decorrentes da anoxia — falta prolongada de oxigenação — costuma levar à destruição de células cerebrais e neste caso, o dano geralmente é irreversível, como é o caso da paralisia cerebral que pode estar relacionada a diferentes casos de deficiência, assim como aos quadros de deficiência múltipla. Segundo Leite e Prado (2004, p. 41) a paralisia cerebral é:

[...] distúrbio permanente, embora não invariável, do movimento e da postura, devido a defeito ou lesão não progressiva do cérebro no começo da vida. O evento lesivo pode ocorrer no período pré, peri ou pós natal e não apenas no momento do parto. A paralisia cerebral é caracterizada por uma alteração dos movimentos controlados ou posturais dos pacientes, aparecendo cedo, sendo secundária a uma lesão, danificação ou disfunção do sistema nervoso central.

⁷ De acordo com o minidicionário Gama Kury (2001, p. 325), a etiologia é o estudo acerca da origem das coisas; parte da medicina que trata da origem das doenças. Para maior aprofundamento a respeito de fatores de etiologia da deficiência múltipla, recomendamos a leitura de Cormedi (2013).

A respeito do período pós-natal, doenças infecciosas podem levar as células do cérebro a um processo inflamatório; a consequente destruição neurológica costuma trazer danos consideráveis, ocasionando também a ocorrência de mais de uma deficiência na mesma pessoa. Somando-se a estas doenças, há ainda a possibilidade da influência de fatores ambientais, como da ocorrência de tumores, bem como outros tipos de eventos como intoxicações, traumas e acidentes que igualmente podem ser apontados como causas que levam a quadros de deficiência múltipla (ROCHA, 2014; SILVA, 2011).

Além destas situações descritas, há também o consenso de que algumas doenças estão efetivamente relacionadas a casos de deficiência múltipla. Carvalho (2000), assim como Maia, Giacomini e Araóz (2009) destacam algumas, relacionando-as às associações que costumam fazer. O quadro 1 sintetiza as sinalizações das referidas autoras.

Quadro 1 – Doenças que costumam estar relacionadas a casos de deficiência múltipla

Exemplos⁸	Possíveis Associações
Hipotireoidismo	Associado à lesão cerebral, deficiência mental, se não tratado a tempo.
Rubéola congênita	Associada à deficiência visual, auditiva e microcefalia, entre outras.
Síndrome de Rett	Associada à deficiência mental, alterações neurológicas e motoras.
Citomegalia	Associada a deficiências neurológicas, sensoriais e motoras.
Toxoplasmose	Associada à hidrocefalia, deficiência motora e orgânica.
Síndrome de Usher	Associada à perda auditiva estável e visual progressiva.
Síndrome de Alstrom	Associada à perda visual precoce e auditiva progressiva.
Síndrome de Bardel-Biedl	Associada à perda visual progressiva, deficiência mental, perda auditiva.
Síndrome de Cockayne	Associada à perda progressiva visual e auditiva, deficiência mental, transtornos neurológicos.
Síndrome de Flynn-Aird	Associada à perda visual e auditiva progressiva, deficiência mental.
Síndrome de Hallgren	Associada à perda visual e auditiva, deficiência mental, psicose.
Síndrome de Kearns-Sayre	Associada à perda visual progressiva e auditiva, deficiência mental.
Enfermidade de Refsum	Associada à perda visual e auditiva progressiva, deficiência física progressiva.

Fonte: Carvalho (2000), Maia, Giacomini e Araóz (2009).

Com base nesta relação, notamos os efeitos significativos que muitas doenças podem trazer para a vida das pessoas por elas acometidas. Percebemos também a importância do acesso à informação adequada, uma vez que algumas são até mencionadas no cotidiano com certa frequência (hipotireoidismo, toxoplasmose...), porém, sem a devida atenção à seriedade das mesmas; isso sem mencionar o fato de que a maioria das enfermidades e síndromes citadas são praticamente desconhecidas. De acordo com esta questão, assim como Carvalho (2000, p. 56) “a forma mais eficiente de prevenir a múltipla deficiência é evitar sua ocorrência.”

Neste sentido, consideramos que ações mais específicas como políticas públicas para a prevenção destes tipos de quadros são fundamentais para que se reduzam os fatores que costumam levar aos casos de deficiência múltipla. Além disso, é preciso instrumentalizar o sistema público de saúde com a devida estrutura para o acompanhamento adequado de gestantes desde o pré-natal

⁸ Para mais informações das síndromes e doenças citadas, ver Biblioteca Virtual em Saúde (2015).

até o momento do nascimento, oportunizando partos com menores riscos de complicação. Tais considerações parecem necessárias para conhecer melhor as especificidades dessa população e, assim, planejar e implementar políticas públicas que potencializem a sua escolarização e o seu desenvolvimento.

3.1 Especificidades apresentadas por pessoas com deficiências múltiplas e sua escolarização

Como já sinalizamos anteriormente, a deficiência múltipla costuma se apresentar mediante a associação de diferentes categorias ou condições em que se podem evidenciar as deficiências, algumas são exemplificadas no quadro a seguir. No entanto, é importante destacar que os efeitos da associação de deficiências não são simplesmente aditivos, ao contrário, tendem a ser multiplicativos (BRASIL, 1995).

Assim, nossa proposta ao compor o quadro 2 é a de trazer alguns exemplos da associação de deficiências a partir de diferentes condições (física, psíquica ou sensorial), não sendo possível apresentar ou esgotar todas as possibilidades que venham a compor os casos de deficiência múltipla. Seria plausível também pontuar que não é nosso objetivo discutir as nomenclaturas (física, psíquica ou sensorial) utilizadas nos documentos que embasaram a confecção do quadro, uma vez que, ainda, não há consenso entre os estudiosos sobre as terminologias que devem ser usadas em referência às condições ou categorias em que as deficiências podem se apresentar.

Quadro 2 – Condições e possibilidades de associações em quadros de deficiência múltipla

Condições	Exemplos de possibilidades de associações
Física e Psíquica	Deficiência física associada à deficiência intelectual; Deficiência física associada a transtornos mentais.
Sensorial e Psíquica	Deficiência auditiva ou surdez associada à deficiência intelectual; Deficiência visual ou cegueira associada à deficiência intelectual; Deficiência auditiva ou surdez associada a transtornos mentais.
Sensorial e Física	Deficiência auditiva ou surdez associada à deficiência física; Deficiência visual ou cegueira associada à deficiência física.
Física, Psíquica e Sensorial	Deficiência física associada à deficiência visual ou cegueira e à deficiência intelectual; Deficiência física associada à deficiência auditiva ou surdez e à deficiência intelectual; Deficiência física associada à deficiência visual ou cegueira e à deficiência auditiva ou surdez.

Fonte: Brasil (1995), Oliveira et al. (2007).

De acordo com Contreras e Valente (1993, apud ARAÚJO, 2011, p. 378) a caracterização da deficiência múltipla, em geral, aponta a observância de determinados aspectos. Dentre os quais destaca que a pessoa deve ter:

duas ou mais deficiências (psíquicas, físicas e sensoriais); essas deficiências não precisam ter relação de dependência entre si, quer dizer, uma das deficiências não condiciona que exista outra ou outras deficiências; também não tem que haver uma deficiência mais importante do que a outra ou outras.

Neste sentido, uma pessoa com deficiência auditiva que não apresenta fala devido a sua surdez, não pode ser considerada como uma pessoa que apresente quadro de deficiência múltipla. Desta colocação, também é notório destacar o alerta sobre a prática de se buscar o estabelecimento de importância e comparação entre as deficiências apresentadas pelo indivíduo que tenha deficiência múltipla. Além da complexidade deste tipo de análise, a comparação em questão acaba exaurindo esforços que poderiam ser investidos em áreas que efetivamente tragam benefícios para a vida destes sujeitos como, por exemplo, ampliar as possibilidades de intervenções pedagógicas precoces.

Ressaltamos que é importante não cair no equívoco de considerar que este tipo de deficiência não apresenta inúmeras possibilidades de intervenção para ampliar a funcionalidade dos sujeitos que a possuem (ROCHA, 2014). Como já ressaltado neste artigo, cada caso é único e apesar das limitações que podem sobrevir à pessoa, é possível que um indivíduo que apresente apenas um tipo de deficiência, possa ser mais comprometido que o outro que seja múltiplo. Carvalho (2000) aponta que o impacto da deficiência múltipla é muito variável e depende de diversos fatores como os tipos e quantidades de deficiências primárias associadas; a amplitude ou abrangência dos aspectos comprometidos; a idade de aquisição das deficiências; os fatores ambientais, familiares e a eficiência das intervenções educacionais e de saúde, entre outros.

Por isso, em casos mais severos de deficiência é muito importante elaborar propostas individualizadas de desenvolvimento para essas pessoas a partir do trabalho de equipes formadas por profissionais da educação - como professores - e da saúde - como terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, fisioterapeutas, psicólogos e outros. Infelizmente, em nosso país, ainda não temos uma estrutura pública adequada para atender a situações dessa natureza. Além disso, histórica e culturalmente o sistema de saúde tem focado o diagnóstico e/ou a reabilitação das pessoas com deficiências, e não tem atuado como uma possibilidade de trabalho conjunto com a área educacional para planejar ações para efetivar o desenvolvimento daqueles que necessitam de intervenções mais sistematizadas envolvendo profissionais das duas áreas do conhecimento como ocorre nos Estados Unidos, França e Espanha, por exemplo (PLETSCH; GLAT, 2013). Outro país que trabalha com essa proposta é a Suécia que elabora o que denominam de planos educativos individuais para pessoas com deficiências múltiplas em centros especiais com os apoios necessários para desenvolver atividades de comunicação, habilidades motoras, atividades cotidianas e concepção sobre a realidade (ÁLVAREZ, [200-]; PLETSCH, 2014).

Em muitos casos a deficiência múltipla traz limitações na fala. Para tal, faz-se necessário promover intervenções sistematizadas, planejadas e realizadas com o objetivo de desenvolver a comunicação, aspecto central para a qualidade de vida de grande parte dessas pessoas que nem sempre foram estimuladas a fazer escolhas, como por exemplo, sobre os alimentos que desejam comer. Nesta direção, segundo Rocha (2014), os recursos da comunicação alternativa têm se mostrado fundamentais, pois oportunizam aos sujeitos com deficiências múltiplas não oralizados a possibilidade de ampliar a sua funcionalidade na vida cotidiana, a partir da comunicação e interação, assim como desenvolver conhecimentos formais ensinados na escola por meio de processos de ensino e aprendizagem.

A autora esclarece que os recursos da comunicação alternativa colaboram para que indivíduos possam interagir ainda que não consigam falar ou apresentem outros impedimentos para se comunicar. Estes recursos pertencem à área das tecnologias assistivas - campo com extensa possibilidade de recursos, estratégias e serviços que contribuem para a compensação de limitações provenientes de deficiências, oportunizando autonomia, ampliação de habilidades funcionais bem como participação e maiores possibilidades de inclusão em diferentes contextos sociais.

Outro aspecto que nos parece central, no caso do Brasil, é ampliar os investimentos em pesquisas empíricas de caráter interdisciplinar para que sejam avaliados e investigados os processos de desenvolvimento dessa parcela da população, sobretudo, a partir das políticas de inclusão escolar. Igualmente é importante conhecer políticas e práticas de outros países para aprimorar as intervenções do nosso sistema público educacional e de saúde. Tais pesquisas devem ser realizadas levando em consideração a realidade social, política e econômica do Brasil, pois em grande medida, as pessoas com deficiências múltiplas mais prejudicadas vivem em condições sociais precárias.

Em outras palavras, a escolarização de pessoas com múltiplas deficiências se apresenta como um grande desafio em meio a uma realidade de ensino que ainda reluta com problemas graves de infraestrutura, salas de aula superlotadas, dentre tantas outras dificuldades. Neste sentido, como um aluno que apresenta especificidades educacionais especiais severas como é o caso de uma pessoa com múltipla deficiência pode ser de fato incluído e não apenas inserido na escola que temos? Bentes et al. (2009, p. 68) nos ajudam a refletir sobre tal questão:

Ocorre que no caso das pessoas com múltiplas deficiências tais soluções não seriam suficientes. A adaptação do prédio, que sem dúvida ajudaria, não propiciaria a solução definitiva da participação efetiva dessas pessoas na sociedade. Seria necessário considerar o nível de dependência que estas pessoas apresentam a necessidade de acompanhante, a necessidade de comunicação alternativa e o uso de inúmeras tecnologias para o desenvolvimento de suas ações.

Nessa perspectiva, a não explicitação direta da deficiência múltipla na atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) acaba por prejudicar o desenvolvimento de ações como as indicadas na citação. Em outros termos, de certa forma, a não menção do termo acaba negando sua existência e suas reais demandas para a promoção do desenvolvimento social e escolar.

Por fim, a partir da revisão bibliográfica com base em teóricos de diferentes áreas do conhecimento e a análise dos documentos no campo educacional brasileiro, ficou evidente que para garantir os direitos educacionais e sociais dessas pessoas ainda temos inúmeros desafios a serem enfrentados. Também se faz necessário promover conhecimentos aos profissionais que atuam com essa população sobre as especificidades e as possibilidades de intervenção, em especial, da área educacional por meio dos processos de ensino e aprendizagem, com ou sem suporte especializado. Neste caso, é importante que as diretrizes políticas tenham clareza das propostas educativas a serem desenvolvidas para esses alunos que demandam, em grande medida, ações diversificadas com base em várias áreas do saber para garantir um pleno desenvolvimento. Por isso tudo, nos parece fundamental construir consensos nos diferentes campos do saber para que seja possível intervir e propor encaminhamentos nas políticas públicas que ampliem as possibilidades de intervenção e desenvolvimento educacional e social desses sujeitos.

Referências

- ÁLVAREZ, R.B. *Respuesta des sitema educativo sueco a las necesidades educativas especiales*. León, Espanha: Universidad de León, [200-]. p. 627-635. Disponível em: <https://www.academia.edu/3092755/Respuesta_del_sistema_educativo_sueco_a_las_necesidades_educativas_especiales>. Acesso em: 14 dez. 2013.
- AMARAL, I. A educação de estudantes portadores de surdocegueira. In: MASINI, E.F.S. (Org.). *Do sentido, pelos sentidos, para o sentido*. São Paulo: Intertexto Vetor, 2002.
- ARAÓZ, S.M.M. de. *Inclusão de alunos com deficiência múltipla: análise de um programa de apoio*. 2010. 185 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.
- ARAÓZ, S. M. M. de; COSTA, M. da P. R. da. *Aspectos biopsicossociais na surdocegueira*. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília: ABPEE, v. 14, n. 1, p. 21-34, 2008.
- ARAÚJO, G.A. de. *O tratamento musicoterapêutico aplicado à comunicação verbal e não verbal em crianças com múltiplas deficiências*. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BENTES, J.A. de O. et al. Relato de duas instituições educacionais que trabalham com múltipla deficiência. In: COSTA, M. da P.R. da (Org.). *Múltipla deficiência: pesquisa e intervenção*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2009.
- BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decsserver/>>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: CORDE, 1994a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla*. 4. ed. Brasília, 2006. 58 p.
- _____. *Política nacional de educação especial: educação especial, um direito assegurado*. Brasília, DF, 1994b.
- _____. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- _____. *Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino Fundamental: deficiência múltipla*. Brasília, DF, 2000. (Série atualidades pedagógicas).
- _____. *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla*. Brasília, DF, 2004. 58 p.
- _____. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de Educação Especial: área de deficiência múltipla*. Brasília, DF, 1995.
- _____. *Resolução CNE/CB nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Cartilha do censo 2010: pessoas com deficiência*. Brasília, DF: SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p.
- BRAUN, P. *Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual*. 2012. 324 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CARVALHO, E.N.S. de. *Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino Fundamental: deficiência múltipla*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2000. v. 1.
- CORMEDI, M.A. A comunicação alternativa no centro de recursos para surdocegueira e deficiência múltipla. In: DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. de J.; MACEDO, E.C. de. *Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa*. São Paulo: Memmon Edições Científicas, 2009.
- _____. Comunicação alternativa e deficiência múltipla: facilitando a linguagem e a comunicação para a aprendizagem. In: PASSERINO, L.M. et al. (Org.). *Comunicar para incluir*. Porto Alegre: CRBF, 2013.
- DUGNANI, K.C.B.; BRAVO, A.D. Análise de artigos em periódicos nacionais. In: COSTA, M. da P.R. da (Org.). *Múltipla deficiência: pesquisa e intervenção*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2009.
- ESTEBAN, M.P.S. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GARCIA, R.M.C. *Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013.
- GRUPO BRASIL de apoio ao surdocego e ao múltiplo deficiente sensorial*. Folheto informativo sobre surdocegueira, São Paulo, 2003.
- HEINZ, M.M.; PERUZZOLO, D.L. (Org.). Deficiência múltipla: uma abordagem psicanalítica interdisciplinar. São Leopoldo, RS: Oikos; Porto alegre: FADEM, 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Deficiência múltipla*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

JESUS, E.F. de. *Deficiência múltipla e o modelo ecológico funcional*. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n.10, set. 1998.

KASSAR, M. de C.M. *Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos*. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. Neurologia e implicações pedagógicas. In: MELETTI, S.M.F.; KASSAR, M.C.M. (Org.). *Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades*. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.

KIRK, S.; GALLAGHER, J.J. *Educação da criança excepcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

KURY, A. da G. *Minidicionário Gama Kury da língua portuguesa*. Supervisão Adriano da Gama Kury, Organização Ubiratan Rosa. São Paulo: FTD, 2001.

LEITE, J.M.R.S.; PRADO, G.F. do. *Paralisia cerebral: aspectos fisioterapêuticos e clínicos*. Revista Neurociências, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 41-45, 2004.

MACHADO, A.C.; OLIVEIRA, S.F. de.; BELLO, S.F. Um olhar para a deficiência múltipla nas bases de dados americanas. In: COSTA, M. da P.R. da (Org.). *Múltipla deficiência: pesquisa e intervenção*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2009.

MAIA, S. R. *A educação do surdocego: diretrizes básicas para pessoas não especializadas*. 2004. 93 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004.

MAIA, S.R.; GIACOMINI, L.; ARAÓZ, S.M.M. de. Desenvolvimento da aprendizagem em crianças com deficiência múltipla sensorial. In: COSTA, M. da P.R. da (Org.). *Múltipla deficiência: pesquisa e intervenção*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2009.

NATIONAL INFORMATION CENTER FOR CHILDREN AND YOUTH WITH DISABILITIES. Severe and/or multiple disabilities. Estados Unidos, 2007. Disponível em: <<http://nichcy.org>>. Acesso em: 12 set. 2012.

NUNES, C. *Aprendizagem activa na criança com multi-deficiência: guia para educadores*. Lisboa: Ministério da Educação de Portugal, 2001.

OLIVEIRA, M.H.A. de et al. *Educação profissional e trabalho para pessoas com deficiências intelectual e múltipla: plano orientador para gestores e profissionais*. Brasília, DF: FENAPAEs, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Rede ePortuguêse. 1996. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/pt/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

PIRES, C.; BLANCO, L. de M.V.; OLIVEIRA, M.C. de. Alunos com deficiência física e deficiência múltipla: um novo contexto de sala de aula. In: GLAT, R. (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2009. p. 15-35. (Coleção questões atuais em educação especial, v. 6).

PLETSCH, M. D. *Deficiência múltipla: formação de professores e processos de ensino-aprendizagem*. Revista Cadernos de Pesquisa, v. 45, n. 155, 2015.

_____. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Rio de Janeiro: NAU; EDUR, 2014.

PLETSCH, M.D.; GLAT, R. Plano educacional individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M.D. (Org.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 17-32.

RIBEIRO, J.C.C. *Significações na escola inclusiva: um estudo sobre as concepções e práticas de professores envolvidos com a inclusão escolar*. 2006. 226 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

ROCHA, M.G. de S. da. *Processos de ensino e aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural*. 2014. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

SILVA, S.M.P. da. O nascimento da fundação de atendimento de deficiência múltipla. In: HEINZ, M.M.; PERUZ-ZOLO, D.L. (Org.). *Deficiência múltipla: uma abordagem psicanalítica interdisciplinar*. São Leopoldo, RS: Oikos; Porto Alegre: FADEM, 2009.

SILVA, Y.C.R. Deficiência múltipla: conceito e caracterização. In: *ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR*, 7., 2011, Maringá, PR. Anais eletrônicos... Maringá, PR: CESUMAR, 2011. Disponível em: <<http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

SILVEIRA, F.F.; NEVES, M.M.B. J. *Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 1, p. 79-88, jan./abr. 2006.

TEIXEIRA, E.; NAGLIATE, P. de C. Deficiência múltipla: conceito. In: COSTA, M. da P.R. da (Org.). *Múltipla deficiência: pesquisa e intervenção*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2009.

TEIXEIRA, E.; NAGLIATE, P. de C.; REIS, T. Análise das publicações sobre múltipla deficiência na Europa. In: COSTA, M. da P.R. da (Org.). *Múltipla deficiência: pesquisa e intervenção*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2009.